

Quem usa combustível para comercializar terá isenção

Monica Yanakiew

Brasília — O governo abrirá exceções para o pagamento do empréstimo compulsório sobre a compra de álcool e gasolina. Serão isentas as empresas e pessoas físicas que dependem de combustível para vender seus produtos e serviços. Um exemplo claro é o do feirante, que usa uma kombi para comprar frutas e legumes na periferia e transportar seus produtos para vender na cidade. Se ele pagasse mais pelo álcool ou a gasolina que consome, acabaria aumentando o preço dos alimentos.

Outros exemplos citados pelo economista João Manoel Cardoso de Melo, assessor especial do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, são os distribuidores de leite e jornais e as empresas que transportam, em kombis, crianças para o colégio. Os médicos, apesar de muitas vezes usarem seus carros para visitar doentes, em casa, não estarão isentos do pagamento do empréstimo compulsório, nem poderão aumentar o preço das consultas.

Em princípio, o governo está pensando cobrar de todos — até dos que serão isentos — o empréstimo compulsório. A diferença é que os isentos, ao contrário dos demais donos de veículos do país, receberão os 28% a mais, que gastaram comprando gasolina e álcool, um ou dois meses depois de efetuados os gastos. Os não isentos só receberão seu dinheiro de volta ao final de três anos, na forma de quotas do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

Como será

O governo ainda não decidiu de que forma restituirá, em um ou dois meses, o empréstimo compulsório dos isentos. Mas já resolveu como devem proceder os demais donos de carro. Será assim:

No final de cada ano o governo contará o número de carros no país e os litros de álcool e gasolina gastos. Vamos supor, para simplificar as contas, que o Brasil tenha uma frota de 10 carros, todos movidos a gasolina. E que foram consumidos, no decorrer do ano, mil litros de gasolina. Vamos supor, ainda, que o litro de gasolina custe Cz\$ 10,00.

1Pois bem: no final do ano o governo descobrirá que foram gastos Cz\$ 12.800,00 na compra de gasolina, sendo que dessa importância Cz\$ 2.800,00 correspondem ao empréstimo

compulsório de 28% sobre o combustível. Esse valor será dividido por 10 — o número de carros.

A conclusão será que cada um dos 10 carros pagou, em média, Cz\$ 280,00 de empréstimo compulsório. É essa a quantia que será devolvida ao contribuinte na forma de quota do Fundo Nacional de Desenvolvimento. Quem tem carro à gasolina e gastou mais que Cz\$ 280,00 durante o ano perderá dinheiro. Mas quem gastou abaixo da média, lucrará. "Quem gastar mais vai receber menos porque participou menos do esforço coletivo de poupança, e sua contribuição ao todo foi menor. Isso não está errado", explicou ontem o ministro do Planejamento, João Sayad.

Restituição

É evidente que as contas do governo não serão tão simples quanto às citadas no exemplo. O governo levará em consideração a diferença das marcas dos carros, a potência dos motores. Ou seja, na hora de dividir os litros de combustível pelo número de carros, o governo elevará a média de consumo dos veículos que gastam mais, e reduzirá a dos veículos que gastam menos. Não deixará que um fusca, considerado um carro econômico, tenha a mesma média de consumo que um Mercedes.

No final de cada ano, quando o governo calcular a média de consumo por carro, já será a hora do dono do veículo fazer a sua declaração de Imposto de Renda. Na declaração ele colocará a marca, a potência do motor, o ano e a placa de seu carro, e a média de consumo de álcool ou gasolina calculada pelo governo.

No final de três anos, com todos os gastos devidamente documentados nas declarações de Imposto de Renda, o contribuinte receberá do governo uma quota do Fundo Nacional de Desenvolvimento.

A quota — um pedaço de papel, arrecado com uma ação — não é resgatável. Ou seja, não se pode vendê-la ao governo e receber de volta seu dinheiro. Mas é negociável: ele pode vendê-la a seu vizinho ou, se achar que as quotas representam um bom negócio, comprar a quota de um amigo. Quem mantiver a sua quota, ganhará dividendos, desde que o fundo — e é isso que o governo espera, mas não garante — dê lucros.

Foto de Carlos Hungria



Para não ficar com mais cabelos brancos, o gerente Francisco Carneiro preferiu fechar o posto